



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Publicação: 7/11/2018
DJe: 6/11/2018
(* Republicação: 13/11/2018
DJe: 12/11/2018
(* Republicação: 12/2/2019
DJe: 11/2/2019

AVISO CONJUNTO Nº 2/CGJ/2018 (*)

Avisa sobre o segundo ciclo de implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico – PJe”, no ano de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso II do [art. 26](#) e os incisos I e XIV do [art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no inciso LXXVIII do [art. 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988](#), que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a [Lei nº 11.419](#), de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a [Lei nº 5.869](#), de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que a [Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 185](#), de 18 de dezembro de 2013, “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 411](#), de 20 de maio de 2015, que regulamenta o Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Justiça comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0108882-92.2018.8.13.0000,

AVISAM aos juízes de direito, servidores, advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e a quem mais possa interessar que haverá a implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico – PJe”, abrangendo todas as classes processuais de natureza cível que tramitam na Justiça comum e no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e suas respectivas Turmas Recursais, conforme cronograma do segundo ciclo de implantação definido para o ano de 2019:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CICLO	COMARCA	DATA DE ENTRADA EM PRODUÇÃO DO SISTEMA PJE
2º	Carangola	11/03/2019
	Divino	
	Ervália	
	Espera Feliz	
	Lagoa Santa	
	Miradouro	
	Piranga	
	Senador Firmino	
	Teixeiras	
	Tombos	
	Conselheiro Lafaiete (Turma Recursal)*	
	Ubá (Turma Recursal)*	
	Eugenópolis	18/03/2019
	Guarani	
	Mar de Espanha	
	Mercês	
	Miraí	
	Palma	
	Pirapetinga	
	Rio Pomba	
	Barbacena (Turma Recursal)*	
	Cataguases (Turma Recursal)*	
	Além Paraíba	25/03/2019
	Bicas	
	Lima Duarte	
	Matias Barbosa	
	Rio Novo	
	Rio Preto	
	Santos Dumont	
	São João Nepomuceno	
	Juiz de Fora (Turma Recursal)*	
	Alto Rio Doce	01/04/2019
	Barroso	
	Carandaí	



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	Congonhas	
	Entre Rios de Minas	
	Itabirito	
	Ouro Branco	
	Prados	
	Resende Costa	
	São João Del Rei (Turma Recursal) *	

***A implantação do Sistema PJe não abarcará o Juizado Especial Cível, apenas a Turma Recursal.**

AVISAM, ainda, que, nas Turmas Recursais de que trata este Aviso Conjunto, passarão a tramitar exclusivamente no Sistema PJe apenas os processos eletrônicos oriundos das unidades jurisdicionais cíveis nas quais tenha sido implantado o aludido Sistema.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2018.

(a) Desembargador **NELSON MISSIONS DE MORAIS**
Presidente

(a) Desembargador **JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA**
Corregedor-Geral de Justiça

(*) Republicado para correção de erro material no texto disponibilizado no Diário do Judiciário eletrônico - DJe de 6 de novembro de 2018 e publicado em 7 de novembro de 2018.